



**CENTRO UNIVERSITÁRIO MAIS - UNIMAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM**  
**EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO**

**MÉRCIA MARTA MEDEIROS**

**ABORDAGEM DO FEMININO NA PROVA DO ENEM: IMAGEM E DISCURSO**

**INHUMAS – GOIÁS**

**2024**

**MÉRCIA MARTA MEDEIROS**

**ABORDAGEM DO FEMININO NA PROVA DO ENEM: IMAGEM E DISCURSO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais - UNIMAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação do professor Dr. Marcelo Máximo da Purificação.

**Linha de Pesquisa:** Educação, Instituições e Políticas Educacionais- L1-EIPE

**INHUMAS – GOIÁS**

**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**BIBLIOTECA CORA CORALINA – UniMais**

M488a

MEDEIROS, Mércia Marta  
ABORDAGEM DO FEMININO NA PROVA DO ENEM: IMAGEM E  
DISCURSO. Mércia Marta Medeiros Inhumas: UniMais, 2024.

52 p.: il.

Dissertação (Mestrado) Centro de Educação Superior de Inhumas – UNIMAIS,  
Mestrado em Educação, 2024.

Orientação: “Prof. Dr. Marcelo Máximo da Purificação.”

1. Discurso, 2. Imagem, 3. Feminino, 4. Enem, 5. Políticas Públicas. I .Titulo.

CDU: 37

# **ABORDAGEM DO FEMININO NA PROVA DO ENEM: IMAGEM E DISCURSO**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da  
UniMais, Defesa em 16 de dezembro de 2024.

## **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Marcelo Máximo da Purificação (Orientador)  
(UniMais– Inhumas - GO)

---

Prof. Dr. Lisandro Poletto  
(UniMais– Inhumas -  
GO)

---

Profa. Dra. Elisângela Moura Catarino  
(UNIFIMES – Mineiros -Go)

**Aos meus pais Francisco de Assis Alves de Medeiros (in memória) e Maria Nery Lucena (in memória).**

Papai, você foi e sempre será meu Norte, meu porto seguro. Dos livros infantis comprados dos mascates a vida adulta, com broncas para estudar mais. Sei que está feliz e orgulhoso da minha trajetória.

Mamãe, obrigada por parar milhares de vezes sua máquina de costura para me tomar a lição. Muito do que sou vem de você, persistência, coragem e fé para seguir a vida.

Amo vocês eternamente.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu filho, Hugo Medeiros, meu amor maior, pela paciência e compreensão nas minhas ausências ao longo dessa jornada acadêmica. Sua presença é a minha maior força.

Ao amigo-irmão, Antônio Henrique Rosa, pela parceria incansável na caminhada pela Unifan e pelas broncas motivadoras ao longo do mestrado: “Escreve, Mércia!”. Sem você, esse sonho não teria se concretizado.

Ao meu afilhado querido, Diego Peres, por sempre estar ao meu lado nos momentos de aflição, trazendo consolo, seja com palavras de incentivo ou orações carregadas de amor.

Aos docentes da UniMais, pela compreensão e apoio em momentos de dificuldade, e pelo aprendizado valioso que levarei para toda a vida.

E, em especial, ao Dr. Marcelo Máximo, meu orientador, que foi muito além das suas responsabilidades acadêmicas e tornou-se um amigo de todas as horas. Sua presença foi um presente do Criador, amparando-me e guiando-me com dedicação e sabedoria nessa caminhada.

## RESUMO

Mestranda Mércia Marta Medeiros TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:**ABORDAGEM DO FEMININO NA PROVA DO ENEM: IMAGEM E DISCURSO** 2024. quantidade de páginas p. Dissertação (Mestrado) – UNIMAIS, Inhumas, Goiás, 2024

Esta pesquisa se insere na linha de pesquisa Educação, Instituições e Políticas Educacionais-L1-EIPE do Centro Universitário Mais - UniMais, Inhumas, estado de Goiás. Nesta propomos compreender como é representada a imagem feminina nas provas do Enem (2018, 2019, 2020,2021) por meio da linguagem verbal e não verbal. Para realização desse estudo, baseamo- nos nos conceitos teóricos relacionados à teoria da Análise do Discurso de linha francesa, de Michel Pêcheux e desenvolvida aqui no Brasil por Eni Orlandi e outros estudiosos, como o filósofo e historiador Michael Foucault que, enquanto instrumento teórico-metodológico, funcionará como ancoragem dos pressupostos e abordagens desenvolvidas ao longo do trabalho.

**PALAVRAS – CHAVE:** Discurso, Imagem, Feminino, Enem, Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This research falls within the scope of the research line *Education, Institutions, and Educational Policies (LI-EIPE)* of the Mais University Center - UniMais in Inhumas, Goiás, Brazil. It aims to understand how the female image is represented in the ENEM exams (2018, 2019, 2020, 2021) through verbal and non-verbal language. To conduct this study, we draw on theoretical concepts related to the French Discourse Analysis theory by Michel Pêcheux, further developed in Brazil by Eni Orlandi and other scholars, as well as the contributions of philosopher and historian Michel Foucault. These theoretical and methodological frameworks serve as the foundation for the assumptions and approaches developed throughout this work.

**KEYWORDS:** Discourse, Image, Feminine, Enem, Public Policies.



## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O DITO E O NÃO DITO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DO FEMININO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Papéis da Mulher Através dos Tempos.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 3 - O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 Relação entre Imagem e Discurso.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2 As Provas do Enem.....</b>	<b>33</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“É preciso ter o caos dentro de si para gerar uma estrela dançante.”

Friedrich Nietzsche<sup>1</sup>

A presente pesquisa integra a linha de investigação Educação, Instituições e Políticas Educacionais (L1-EIPE) da UniMais localizada em Inhumas, estado de Goiás. Neste contexto, nosso objetivo é analisar a representação da imagem feminina nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, explorando tanto a linguagem verbal quanto as não verbais presentes nesses documentos.

Para embasar nossa abordagem, nos fundamentamos nos princípios teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, conforme desenvolvida por Michel Pêcheux e adaptada no Brasil por Eni Orlandi e outros estudiosos. Além disso, incorporamos contribuições relevantes de Michel Foucault, cuja perspectiva teórico-metodológica atuará como ancoragem para os pressupostos e abordagens que delinearemos ao longo do trabalho.

O primeiro capítulo, intitulado "O Dito e o Não Dito", aprofundará a compreensão da teoria da Análise do Discurso, destacando seus elementos fundamentais. No segundo capítulo, "Evolução do Feminino", exploraremos os papéis desempenhados pelas mulheres ao longo da história, contextualizando as transformações ocorridas nos conceitos associados ao feminino.

No terceiro capítulo, "O Exame Nacional do Ensino Médio - Enem", abordaremos as políticas públicas voltadas para a educação, destacando o papel do Enem como instrumento de avaliação. No mesmo capítulo, exploraremos o discurso presente nas provas, analisando a imagem feminina sob as lentes da Análise do Discurso, incorporando aspectos verbais e não verbais.

As "Considerações Finais" consolidarão os resultados obtidos, proporcionando uma reflexão crítica sobre a representação da imagem feminina no Enem, considerando as implicações educacionais e sociais dessa construção simbólica. Por fim, apresentaremos as "Referências Bibliográficas" que fundamentaram e enriqueceram nosso estudo, respeitando os padrões acadêmicos de citação.

---

<sup>1</sup> NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Mário da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Dessa forma, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão mais aprofundada da representação da mulher nas avaliações educacionais, oferecendo insights relevantes para a reflexão sobre a equidade de gênero no contexto educacional brasileiro. O Enem enquanto política educacional e instrumento de avaliação de competências e habilidades dos alunos do ensino médio, é também porta de entrada para o ensino superior, critério de avaliação para bolsas e financiamentos (Prouni, Fies, Sisu). Pode ser visto como um instrumento de divulgação e propagação de ideias, manipulação e criação de discurso de verdade, em prol da manutenção do poder político e patriarcal. Como ele difunde a imagem da mulher nesse contexto é tema de relevância para a Educação.

Para trabalhar em uma pesquisa no campo científico, primeiramente precisamos nos basear em uma pergunta ou uma dúvida, pois a base da pesquisa se concentra em possuir um questionamento e, a partir de um corpus formulado, estudar a fundo sobre o assunto. Nossas perguntas norteadoras estão voltadas, especificamente, para o quesito do discurso. Perguntamo- nos exatamente como ele funciona dentro dos textos da prova do Enem (2018, 2019, 2020, 2021) em relação ao feminino e quais os efeitos de sentido ativados nos leitores/candidatos, a partir dos conceitos empreendidos pela AD.

Partindo dessas perguntas – o objetivo, geral e específicos: Objetivo Geral: Demonstrar como é representada a imagem feminina na prova do Enem. Objetivos Específicos: identificar os processos discursivos existentes nas provas do Enem; analisar como se estabelecem os enunciados nas provas do Enem; compreender o Enem como política pública para a Educação. Nos debruçaremos em quatro provas do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem que apresentam enunciados capazes de serem entendidos por mais de um viés interpretativo. Surge daí uma hipótese: O Enem apresenta-se como instrumento de manutenção da preservação da imagem feminina, no contexto de uma sociedade patriarcal?

Estamos promovendo um projeto que, dentre inúmeros prognósticos já previamente justificados, também assimila projeções subjetivas, pessoais, de nossa parte, como avaliadora de redações do Enem por mais de uma década. Para iniciar, então, será válido que nos coloquemos sob a égide da pesquisa bibliográfica.

Com os subsídios necessários nos voltaremos ao viés ex-post-facto, “quando o ‘experimento’ se realiza depois dos fatos” (Assis, 2009, p. 20). Os fatos em questão serão as provas do Enem (2018, 2019, 2020, 2021), com seus enunciados e discursos, dos quais buscaremos como as imagens do feminino são apresentadas. Sem se ater aos conteúdos das

materialidades textuais, mas ao equívoco, a falha, entrelaçando o ideológico, o sócio-histórico e o sentido que o discurso adquire na prova do Enem, no que diz respeito à imagem do Feminino. O que perpassou as épocas, e estão presentes na contemporaneidade influenciando interpretações e ações.

A fim de entendermos a origem e a reprodução de discursos e interdiscursos que permeiam a sociedade em relação à imagem do Feminino, buscar-se-á o aporte teórico e os conceitos explicitados pelos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa como Foucault (Arqueologia do Saber – 2008/A Ordem do Discurso- aula inaugural –1996); Pêcheux ( Análise Automática do Discurso – 2010 / Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio - 1995); e no Brasil, Orlandi (Análise do Discurso: princípios e procedimentos – 2013); bem como os demais que se fizerem necessários para o aprofundamento sobre o tema.

Espera-se demonstrar após análise das provas do Enem que imagem do feminino é passada pelo discurso de seus enunciados e suas repercussões na sociedade atual.

## CAPÍTULO 1 - O DITO E O NÃO DITO

“Compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro”

Eni Orlandi<sup>2</sup>

O capítulo "O Dito e o Não Dito" constitui uma incursão profunda na teoria da Análise do Discurso, uma abordagem que busca desvendar não apenas o que é explicitamente manifestado, mas também os significados subjacentes e as lacunas discursivas que permeiam a linguagem. Na análise do discurso, o foco vai além das palavras proferidas, estendendo-se aos elementos que não são verbalizados, mas que, de maneira sutil, contribuem para a construção de sentidos.

O "Dito" refere-se à manifestação explícita do discurso, àquilo que é enunciado de forma direta e perceptível. No entanto, a teoria da Análise do Discurso nos ensina que o sentido não reside apenas nas palavras proferidas, mas é construído através de relações sociais, históricas e ideológicas. Assim, o "Dito" não é uma entidade isolada, mas está intrinsecamente conectado ao contexto em que é expresso.

---

<sup>2</sup> ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 1999.

Por outro lado, o "Não Dito" compreende aquilo que não é explicitamente mencionado, mas que permeia o discurso de maneira subjetiva e muitas vezes inconsciente. São as entrelinhas, as omissões, os silêncios que, por vezes, revelam tanto ou até mais do que as próprias palavras. Essa dimensão do discurso é fundamental para compreendermos as ideologias subjacentes, os poderes em jogo e as estruturas sociais que moldam a linguagem.

No âmbito da análise do discurso, a atenção ao "Não Dito" é crucial para desvelar as contradições, os tabus, os preconceitos e as assimetrias presentes na linguagem. Através dessa lente, é possível identificar como certos discursos perpetuam estereótipos, silenciam vozes ou promovem determinadas narrativas em detrimento de outras.

Assim, ao explorar o "Dito e o Não Dito" na Análise do Discurso, desvendamos camadas mais profundas de significado, proporcionando uma compreensão mais abrangente e crítica da linguagem. Essa abordagem enriquece não apenas a interpretação textual, mas também amplia a percepção das dinâmicas sociais e ideológicas que moldam e são moldadas pelo discurso.

Para fundamentar a investigação aqui proposta, torna-se necessário um embasamento teórico que sustente as afirmações e considerações que serão apresentadas ao longo deste trabalho. Em função da natureza deste estudo e dos objetivos propostos, é fundamental definir o arcabouço teórico que será o ponto de partida para a condução da investigação e do raciocínio, a saber: a Análise de Discurso e sua importância para os estudos da linguagem; os implícitos; o dito e o não dito no discurso; e o texto e a questão do sentido. Portanto, a partir desse referencial teórico, traçaremos a nossa trajetória na condução da pesquisa, uma vez que “na análise de discurso, há noções que encampam o não-dizer; a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário” (Orlandi, 2013, p. 82).

A Análise de Discurso, diferentemente da Linguística, que estuda a linguagem sob a perspectiva de um sistema abstrato de regras formais ou da Gramática, que estabelece as normas da língua padrão, concentra sua atenção na linguagem como discurso, como prática de interação social em curso, pois etimologicamente a palavra discurso encerra a ideia de movimento, algo em andamento e, em última análise, o indivíduo utilizando a linguagem (Orlandi, 2013, p. 15).

Além disso, vale ressaltar que a Análise de Discurso também leva em consideração o discurso como objeto sócio-histórico e, como tal, está atrelado à ideologia. De acordo com Pêcheux (1975 apud Orlandi, 2013, p. 17), “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito

sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. O que está expresso, explícito no texto tem a ver com o não dizer, aquilo que está implícito, pois “[...] sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não ditos que também significam” (Orlandi, 2013, p. 8).

Assim, o termo discurso tem sido frequentemente utilizado nas ciências da linguagem, desde os anos de 1980 sob a influência de várias correntes pragmáticas que predicam o discurso como uma organização transfrástica, ou seja, seu sentido está além de um simples agrupamento de palavras que formam uma frase ou um texto. Sendo assim, “os dizeres não são (...) apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (Orlandi, 2013, p.32.)

Para a referida autora, o discurso está relacionado ao efeito de sentidos entre os interlocutores. No entanto, ele só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos. Pode-se dizer também que ele é contextualizado, pois, não se pode atribuir um sentido a um enunciado fora de um contexto. Portanto, as condições de produção são importantes, pois compreendem os sujeitos, a situação e ainda incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

Além disso, de acordo com Foucault [1996-p.8-9] o discurso se rege por normas, pois em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Pode-se inferir então, que no discurso os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos.

Nesse contexto se insere a ideologia, que foi ressignificada na Análise do Discurso a partir dos anos 1970, sendo inclusive, trocada pelas expressões “doxa” ou “representação”. Boyer Apud Charaudeau e Mainguineau, (2004, p.89) define a ideologia como “um corpo mais ou menos fechado de representações [...] mobilizado para fins mais ou menos ostensivamente políticos e de manipulação dos espíritos”.

A definição proposta por Orlandi (2013), segundo a qual a ideologia é a condição para que se constituam o sujeito e os sentidos, ou seja, é a ideologia que torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Essa relação se faz de tal maneira que para haver sentido é necessário que a língua se inscreva na história. Desse modo, o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação



que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Orlandi, (2013, p.15.) Pode-se dizer então, que a ideologia é um importante mecanismo que contribui para a estruturação do processo de significação, pois, o sentido não existe separado das posições ideológicas que são colocadas no processo sócio-histórico em que o discurso é produzido.

Portanto, Formação Discursiva é básica na Análise do Discurso, porque possibilita a compreensão do processo de produção de sentidos, sua relação com a ideologia e ainda permite o estabelecimento de regularidades no funcionamento do discurso. Essa noção, que foi introduzida por Foucault e posteriormente reformulada por Pêcheux, está diretamente relacionada à noção de formação ideológica, pois em uma formação social existem vários aspectos, tais como: o modo de produção, a relação entre as classes, a hierarquia das práticas e os aparelhos através dos quais se realizam essas práticas que se relacionam produzindo posições políticas e ideológicas.

Sendo assim, é importante ressaltar que as palavras empregadas num discurso não são o principal aspecto a ser considerado, mas sim as posições sustentadas por aqueles que as empregam, e ainda, o contexto dos quais elas fazem parte, pois na realidade as palavras mudam de sentido de acordo com a formação discursiva e de uma formação discursiva à outra. Dessa forma, pode-se dizer que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (Orlandi, 2013, p.16.) Por isso, para entender o sentido das palavras, é necessário relacioná-las às suas condições de produção, à memória discursiva e também a uma formação discursiva.

Já o interdiscurso é definido como a memória discursiva, ou seja, “aquilo que fala antes, em outro lugar” (Orlandi, 2013-p.18) O interdiscurso torna possíveis dizeres que são retomados sob a forma do pré-construído e estes dizeres interferem no modo como o sujeito significa em uma determinada situação discursiva. Ainda de acordo com Orlandi (2013, p.18) o interdiscurso compreende todas “as formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.” Portanto, pode-se dizer que o interdiscurso é a memória discursiva, da qual não temos controle e é sobre essa memória que os sentidos se constroem dando a impressão de que se sabe sobre o que se está falando.

## CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DO FEMININO

Em algum momento da história, o eterno feminino, presente desde tempos imemoriais nas qualidades e entidades personificadas na Deusa, ou na Grande Mãe, foi eclipsado pela ascensão da sociedade patriarcal. O predomínio de valores relacionados à virilidade, força, coragem, honra, competitividade e espírito bélico, juntamente com a quebra da harmonia primordial mudaria o curso da cultura e da civilização ocidental e criaria um código ético e de conduta pautado na figura masculina (Robles, 2006).

No contínuo, a escritora mexicana adverte que o poder masculino sobre a mulher tem raízes profundas na história e nas estruturas sociais que moldaram as relações de gênero ao longo dos tempos. A imagem de Lilith, uma figura mitológica que personifica a potência sexual feminina e a autonomia, oferece insights cruciais sobre essa dinâmica de poder. (Robles, 2006, p.36).

Desde tempos imemoriais, inúmeras culturas reconheceram nas mulheres uma força sexual que pode ser percebida como ameaçadora para a ordem estabelecida. Esta percepção tornou-se especialmente evidente durante a transição das sociedades tribais para estruturas patriarcais mais rígidas. Nesse contexto, o patriarcado buscou legitimar-se, desqualificando a autoridade feminina e relegando-a ao papel secundário, principalmente no âmbito do leito conjugal.

Assim, para a autora Lilith emerge como uma figura emblemática desse embate entre o poder feminino e o patriarcado emergente. Ela personifica a mulher que se recusa a ser subjugada, que reivindica sua sexualidade e autonomia com vigor, desafiando os ditames divinos e as normas sociais impostas. Ao fazer isso, ela ameaça a ordem estabelecida, onde o homem detém o controle e a autoridade.

No entanto, a narrativa patriarcal precisava neutralizar essa ameaça. Logo, Lilith foi censurada e substituída pela figura de Eva, uma mulher moldada a partir de Adão, inferiorizada e associada à sua própria fraqueza. Eva, embora igualmente responsável pela "queda" da humanidade, foi apresentada como uma figura submissa, cuja existência servia para justificar a dominação masculina e reforçar a ideia da inferioridade feminina.

Essa narrativa mitológica reflete e reforça as estruturas de poder patriarcais que permearam a história da humanidade. O poder masculino sobre a mulher foi construído sobre a supressão do poder feminino, relegando as mulheres a papéis subalternos e limitando sua autonomia e liberdade sexual. A história de Lilith é, portanto, um lembrete do papel crucial que

mitos e narrativas desempenham na perpetuação das hierarquias de gênero e na justificação do poder masculino sobre as mulheres.

Desde os primórdios dos tempos, o mito do Gênesis apresenta Adão como a prefiguração da excelência masculina. Ele é forjado a partir do barro, moldado com cuidado pelas mãos divinas, e dotado de autoridade sobre todas as criaturas da Terra. No entanto, ao explorar a evolução do feminino à luz dessa narrativa, revela-se uma jornada complexa e multifacetada, marcada por desafios, resiliência e transformação.

A história do feminino começa com Eva, moldada a partir da costela de Adão, criada como sua companheira e auxiliadora. No entanto, sua trajetória não se limita à submissão passiva. Ao morder o fruto proibido, Eva desafia as normas estabelecidas e busca conhecimento, rompendo com a passividade e inaugurando um novo capítulo na história das mulheres.

Ao longo dos séculos, as mulheres têm enfrentado obstáculos e limitações impostas pela sociedade patriarcal. No entanto, assim como Eva desafiou as restrições do Éden, as mulheres têm lutado por sua emancipação, buscando igualdade de direitos, autonomia e voz própria.

Referenciando a obra "O Segundo Sexo" de Simone de Beauvoir, a evolução do feminino pode ser compreendida como uma busca incessante pela libertação do papel subordinado e pela afirmação da própria identidade. À medida que as mulheres conquistam espaços antes negados, desafiam estereótipos e reivindicam seu lugar na sociedade, elas redefinem constantemente o que significa ser mulher.

Assim como Adão é apresentado como o modelo de excelência masculina, as mulheres também buscam definir sua própria excelência, uma excelência que não está condicionada à comparação com os padrões masculinos, mas que se baseia na plenitude de sua própria humanidade.

A evolução do feminino é uma narrativa complexa e multifacetada, que transcende as limitações impostas pelas interpretações tradicionais religiosas. Desde os relatos do Gênesis até os textos sagrados do Novo Testamento, Talmude, Alcorão e hadith, a mulher foi frequentemente retratada como a figura menos racional, mais profana e culpada pela queda da humanidade.

No entanto, ao olharmos para além dessas narrativas patriarcais, percebemos que a história do feminino é marcada por uma resiliência e uma busca contínua por emancipação e igualdade. A mulher, frequentemente associada ao pecado original e à tentação, emerge como

uma figura que desafia as estruturas de poder estabelecidas e reivindica sua própria voz e identidade.

Eva, a primeira mulher segundo o relato bíblico, é frequentemente vista como a culpada pela introdução do pecado no mundo. No entanto, sua história também é uma de coragem e desejo por conhecimento. Ao desafiar as restrições impostas a ela, Eva representa a busca pela autonomia e pela liberdade de escolha.

A sexualidade feminina, muitas vezes vista como uma fonte de perigo e tentação, é na verdade uma expressão da própria humanidade da mulher. Ao longo da história, as mulheres têm desafiado as normas sociais que tentam controlar e reprimir sua sexualidade, buscando uma expressão autêntica de seu desejo e prazer.

A evolução do feminino também é marcada por lutas por direitos e igualdade. Mulheres em todo o mundo têm lutado contra a discriminação e a opressão, buscando o reconhecimento de sua dignidade e valor. Movimentos feministas têm desafiado as estruturas patriarcais, reivindicando direitos reprodutivos, igualdade salarial, e o fim da violência de gênero.

A história do feminino é uma história de resistência, de luta e de conquista. À medida que as mulheres continuam a desafiar as narrativas de inferioridade e submissão, elas estão redefinindo o que significa ser mulher. Elas estão construindo um futuro onde todas as pessoas, independentemente do gênero, possam viver com igualdade, dignidade e respeito.

Nessa jornada de evolução, o feminino não se limita à oposição ao masculino, mas sim à busca por uma igualdade genuína, onde homens e mulheres possam compartilhar igualmente os encargos e as recompensas da vida. É uma jornada que desafia as narrativas antigas e abre caminho para uma nova compreensão do que significa ser mulher, uma compreensão moldada não por mitos antiquados, mas pela experiência, pela luta e pela conquista.

## **2.1 Papéis da Mulher Através dos Tempos**

Nos últimos tempos, os estudos sobre gênero aparecem junto a uma gama de temas da História que eram marginalizados e agora ganham grande fôlego nos meandros da academia. Mulheres por milênios participaram do processo de sua própria subordinação porque elas foram moldadas psicologicamente para internalizar a ideia de sua própria inferioridade. A falta de conhecimento da própria história de luta e sucesso tem sido um dos maiores meios de manter as mulheres subordinadas (Lerner, 2019).

O papel da mulher através dos tempos é um tema complexo e multifacetado que reflete as transformações culturais, sociais e econômicas que ocorreram ao longo da história. Desde as sociedades matriarcais primitivas até o cenário contemporâneo, a posição da mulher nas esferas pública e privada passou por alterações significativas, influenciadas por fatores como religião, economia, política e os movimentos sociais. A seguir, explora-se essa evolução com referências que destacam os momentos mais importantes.

Na Antiguidade, as mulheres desempenhavam papéis diferentes dependendo da cultura e da época. Em algumas sociedades, como no Egito Antigo, as mulheres possuíam certos direitos legais, como o de herdar propriedades e participar de atividades econômicas. Na Grécia antiga, no entanto, elas eram restritas ao ambiente doméstico, enquanto os homens ocupavam espaços de poder e decisão (Pomeroy, 1995). Esse período marca o início da distinção de papéis com base no gênero, onde a esfera privada era frequentemente atribuída às mulheres, e a pública, aos homens.

Durante a Idade Média, o papel da mulher era amplamente influenciado pela Igreja Católica, que reforçava o papel doméstico e submisso da mulher, enquanto os homens detinham o controle nas esferas religiosa e política. No entanto, algumas mulheres, como as abadessas de mosteiros, conseguiam exercer certa autonomia e liderança espiritual (Shahar, 1995). Além disso, a mulher camponesa participava ativamente da vida agrícola e da economia familiar, demonstrando que, embora existissem limitações, as mulheres também contribuíam para a sociedade medieval.

Com o Renascimento e o Iluminismo, o papel das mulheres começou a ser questionado por pensadores como Mary Wollstonecraft, que, em *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), argumentou pela igualdade de direitos educacionais entre os sexos. Essa época marca o início do debate sobre a educação feminina e a ideia de que as mulheres poderiam exercer papéis além dos tradicionais, como mães e esposas. Mesmo assim, o acesso ao conhecimento e à participação política permanecia limitado (Wollstonecraft, 2016).

A Revolução Industrial alterou significativamente a estrutura social e econômica das famílias, permitindo que muitas mulheres começassem a trabalhar em fábricas sob condições desumanas. Esse período levou a uma mudança gradual de percepção, com mulheres exigindo melhores condições de trabalho e igualdade de direitos. É também o momento em que surgem as primeiras feministas organizadas, que reivindicam direitos básicos, como o voto e a igualdade legal (Rowbotham, 1984).

O século XX foi marcado por uma série de transformações no papel da mulher, principalmente em função dos movimentos feministas que lutaram pelo direito ao voto, igualdade salarial e liberdade de escolha. A luta das sufragistas, o surgimento da pílula anticoncepcional e a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho durante e após as guerras mundiais são eventos que redefiniram o lugar da mulher na sociedade (Freedman, 2009). Além disso, os anos 1960 e 1970 testemunharam um novo impulso do movimento feminista, que exigiu reformas nas leis de igualdade de direitos e questionou o patriarcado. Vale ressaltar que o poder patriarcal não remete ao poder do pai imposto para com os filhos, mas no poder masculino sobre os membros oriundos de sua genealogia. Tal entendimento submete-se a poder predominantemente masculino que a sociedade impõe a todos os indivíduos.

Hoje, as mulheres ocupam posições de destaque em várias esferas, como política, ciência, economia e cultura. No entanto, as lutas pela igualdade de gênero ainda persistem, especialmente em questões como a igualdade salarial e o combate à violência de gênero. Com o feminismo ganhando novas vertentes e abordagens, o debate se amplia para incluir não só os direitos das mulheres, mas também a interseccionalidade, incluindo raça, classe e orientação sexual (Hooks, 2018).

Esse panorama demonstra como o papel da mulher foi moldado por contextos culturais e políticos, e como a busca pela igualdade de gênero é uma construção histórica que ainda se desenvolve.

O papel feminino na atualidade reflete um cenário de transformações significativas em várias esferas da sociedade, marcado por avanços em direção à igualdade de gênero, mas também por desafios persistentes. As conquistas obtidas nas últimas décadas em termos de direitos civis e sociais são notáveis, especialmente no que diz respeito à participação feminina no mercado de trabalho, na política e na educação. No entanto, essas conquistas não eliminaram completamente as barreiras estruturais e culturais que limitam o pleno exercício dos direitos.

Um dos principais avanços observados é a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho. De acordo com dados do IBGE (2021), as mulheres representam cerca de 44,8% da força de trabalho no Brasil. Contudo, essa inclusão quantitativa ainda não se traduziu em igualdade salarial ou de condições. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, as mulheres ganham, em média, 20,5% a menos que os homens, mesmo em posições equivalentes. Esse cenário é ainda mais desfavorável para as mulheres negras, que enfrentam uma dupla discriminação, de gênero e de raça, refletida em níveis mais

baixos de pagamentos e de ocupação de cargas de liderança. A tempos já sabemos das constantes dificuldades que as mulheres passam para se ingressar no mercado de trabalho e o quão é difícil tentar um lugar de destaque, mesmo assim hoje o número de mulheres em cargos de liderança vem avançando cada vez mais.

Para, Rodrigues e Silva:

As mulheres têm que provar diariamente que são tão competentes e qualificadas quanto os homens para conseguirem manter-se em suas funções, submetendo-se até mesmo, em algumas vezes, a assumir posturas tidas como “masculinas” para firmar-se em suas posições. Essa briga por direitos iguais é equivocada para a mulher hoje. Na verdade, a luta deve ser pela igualdade de direitos civis e sociais e pela valorização financeira e moral da capacidade feminina no desenvolvimento em toda a sociedade, nos mais diferentes aspectos (2015, p. 4).

Além da disparidade salarial, as mulheres enfrentam o desafio do chamado “duplo turno”, ou seja, a conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades domésticas e familiares, que ainda recuam majoritariamente sobre elas. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, as mulheres dedicam, em média, 21 horas semanais ao trabalho doméstico, contra 11 horas semanais dos homens. Isso revela uma divisão desigual de tarefas, que impacta diretamente o tempo disponível para o desenvolvimento pessoal.

Outro campo que merece destaque é a participação feminina na política, embora ainda limitada. No Brasil, as mulheres representam apenas 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 13% no Senado Federal, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2022). Mesmo com a política de cotas eleitorais, que reserva 30% das candidaturas dos partidos para mulheres, persiste uma sub-representação, refletindo não apenas barreiras institucionais, mas também culturais, como o machismo e a desvalorização do papel feminino nas esferas de poder. Estudos como os de Rodrigues (2021) apontam que a presença feminina em cargos de liderança política é essencial para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, especialmente em áreas como saúde, educação e direitos sociais.

Outra questão relevante é a persistência da violência contra a mulher. Ela é uma violação dos direitos humanos que afeta mulheres de todas as idades, classes sociais e culturas. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) define cinco tipos de violência: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Já em 2015 entra em vigor a Lei nº 13.104 onde classifica o feminicídio como crime hediondo. O feminicídio ou femicídio é a nomenclatura utilizada para referir-se ao homicídio de mulher em razão de gênero, ou seja,

pelo simples fato de ser mulher.

Destarte, nas lições de Stela Nazareth Meneghel e Vania Naomi Hirakata (2011), “a expressão máxima da violência contra a mulher é o óbito. As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados feminicídios ou femicídios.”. Diante disso, por exemplo, o conceito de “gênero” é usado para falar das questões de desigualdades sociais, das hierarquias, da dominação masculina, etc. [...] esta desigualdade, não é questão de natureza, mas de cultura (Mougeolle, 2015, p. 19).

O papel feminino na atualidade é multifacetado, marcado por avanços recentes, mas também por desafios estruturais que ainda precisam ser superados. A luta pela igualdade de gênero envolve não apenas mudanças legislativas, mas também transformações culturais profundas, que permitem às mulheres exercer plenamente seus direitos e potencialidades. A conquista de um espaço de igualdade depende de um esforço coletivo da sociedade, incluindo governos, instituições e movimentos sociais, para garantir que as futuras gerações vivam em um mundo mais justo.



### CAPÍTULO 3 - O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova realizada pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC) e tem como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes que concluíram ou estão concluindo o ensino médio. Criado em 1998, o ENEM inicialmente tinha como propósito ser uma ferramenta de avaliação para o ensino médio, mas ao longo dos anos, foi ganhando maior relevância e se transformou em uma importante porta de entrada para o ensino superior. Segundo Soares (2008): "O ENEM tem se consolidado como um instrumento de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, promovendo a inclusão social e a avaliação do desempenho dos estudantes do ensino médio."

A biografia do ENEM pode ser dividida em diferentes fases que refletem a evolução do sistema educacional brasileiro. Na sua criação, o exame possuía uma estrutura mais simples, com questões de múltipla escolha que abordavam conhecimentos gerais. Com o passar dos anos, o ENEM passou por diversas reformulações, incluindo mudanças no formato das questões e na inclusão de uma redação, que se tornou um componente crucial para a avaliação dos candidatos.

Na década de 1990, o cenário educacional brasileiro passava por um período de importantes transformações e debates. A redemocratização do país, após anos de regime militar, exigia uma reestruturação dos sistemas públicos, incluindo o educacional. A Constituição de 1988 estabeleceu princípios e diretrizes para uma educação mais inclusiva e de qualidade, e o Estado foi pressionado a criar mecanismos que avaliassem e melhorassem o desempenho do ensino no país (Brasil, 1996).

Foi nesse contexto que, em 1998, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A criação do ENEM foi uma resposta às demandas por uma avaliação mais justa e abrangente do ensino médio, que até então era avaliado de maneira pontual e muitas vezes insuficiente. O objetivo primordial do ENEM era oferecer um diagnóstico detalhado sobre o desempenho dos estudantes ao final da educação básica, fornecendo informações que pudessem orientar políticas públicas de melhoria da qualidade educacional.

O formato inicial do ENEM consistia em uma prova com questões de múltipla escolha, abordando conhecimentos gerais de diversas áreas, como Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Matemática e suas Tecnologias. Além disso, uma redação era exigida, avaliando a capacidade dos estudantes de construir argumentos e escrever de forma clara e coerente.

Os primeiros anos do ENEM foram marcados por uma participação voluntária dos estudantes, que viam o exame como uma oportunidade de autoavaliação e não como uma

condição para ingresso no ensino superior. O caráter opcional do ENEM refletia a intenção de criar uma cultura de avaliação contínua, que pudesse ser utilizada tanto por estudantes para refletirem sobre suas trajetórias acadêmicas quanto por escolas para repensarem suas estratégias pedagógicas.

A criação do ENEM também estava alinhada com as reformas educacionais que buscavam uma maior integração das disciplinas e uma abordagem mais contextualizada e menos fragmentada do conhecimento. O exame foi desenhado para avaliar competências e habilidades dos estudantes, e não apenas o acúmulo de informações, incentivando uma prática educativa mais focada no desenvolvimento integral do estudante (Oliveira, et al., 2004).

A partir de 2009, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou por uma das maiores reformulações de sua história, alterando profundamente sua estrutura e ampliando seu papel no cenário educacional brasileiro. Essa reforma foi uma resposta às demandas por uma avaliação mais coerente com as necessidades do ensino médio e por um sistema de acesso ao ensino superior que fosse mais justo e inclusivo.

Até então, o ENEM era uma prova de caráter informativo, utilizada principalmente para avaliar o desempenho dos estudantes ao final do ensino médio. A reformulação de 2009 transformou o exame em uma ferramenta de seleção para o ensino superior, com uma estrutura mais robusta e complexa. A nova prova passou a ser composta por 180 questões de múltipla escolha, distribuídas em quatro grandes áreas do conhecimento, além de uma redação.

As áreas avaliadas foram Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Matemática e suas Tecnologias. Essa nova estrutura refletia uma abordagem mais interdisciplinar e contextualizada, buscando avaliar competências e habilidades dos estudantes em situações-problema que exigiam raciocínio, análise crítica e aplicação de conhecimentos (Veiga,2009).

Paralelamente à reforma do ENEM, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), uma plataforma digital que permite aos estudantes concorrerem a vagas em universidades públicas utilizando a nota do ENEM. O SiSU trouxe maior transparência e igualdade de condições no processo de seleção para o ensino superior, uma vez que padronizou o critério de entrada em diversas instituições de ensino superior do país.

Além disso, o ENEM se integrou ao Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda. Com a reformulação do ENEM, o ProUni passou a utilizar as notas do exame como critério de seleção para as bolsas, fortalecendo o vínculo entre o desempenho acadêmico e as oportunidades de acesso ao ensino superior.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) também passou a utilizar as notas do

ENEM como critério para a concessão de financiamentos estudantis, o que significou uma maior democratização do acesso ao crédito educativo. Essas mudanças tiveram um impacto significativo no acesso ao ensino superior no Brasil. A utilização do ENEM como critério de seleção para o SiSU, ProUni e FIES permitiu que um maior número de estudantes, especialmente aqueles provenientes de escolas públicas e de famílias de baixa renda, tivessem a oportunidade de ingressar no ensino superior. Isso contribuiu para uma maior diversidade nas universidades e para a redução das desigualdades educacionais no país.

A reformulação do ENEM em 2009 foi, portanto, um marco na história da educação brasileira, representando um avanço na busca por uma educação mais inclusiva e equitativa. Ao mesmo tempo, colocou desafios adicionais para o sistema educacional, exigindo um alinhamento ainda maior entre as práticas pedagógicas das escolas de ensino médio e as competências avaliadas pelo exame.

Ainda que o ENEM tenha sido inicialmente bem recebido por educadores e estudantes, a sua implementação não foi isenta de críticas e desafios. Questões sobre a representatividade das questões, a adequação do conteúdo às diferentes realidades educacionais do país e a infraestrutura para a aplicação das provas foram pontos de debate constante.

Apesar desses desafios, o ENEM rapidamente se estabeleceu como uma referência nacional em avaliação educacional, ganhando espaço e importância ao longo dos anos, até se tornar o principal mecanismo de acesso ao ensino superior no Brasil. A sua criação marcou um ponto de inflexão na história da educação brasileira, representando um compromisso com a qualidade e a equidade na educação, e um passo em direção a uma cultura de avaliação e melhoria contínua.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem sido uma força influente na modelagem do currículo do ensino médio no Brasil. Desde a sua criação, mas especialmente após a grande reformulação de 2009, o ENEM tem desempenhado um papel significativo na orientação das práticas pedagógicas e na definição das prioridades educacionais das escolas brasileiras (Freitas, 2004).

Com a adoção do ENEM como principal mecanismo de acesso ao ensino superior, as escolas passaram a focar mais intensamente no desenvolvimento das competências e habilidades que são avaliadas pelo exame. Isso levou a uma maior ênfase em uma abordagem interdisciplinar e contextualizada do conhecimento, em detrimento de um modelo tradicional de ensino mais fragmentado e baseado na memorização de conteúdos.

O currículo do ensino médio começou a se adaptar aos eixos cognitivos do ENEM, que valorizam a capacidade de investigação, compreensão, comunicação, argumentação e tomada de decisões dos estudantes. Essa mudança incentivou as escolas a adotarem metodologias ativas de

aprendizagem e a promoverem um ambiente educacional mais dinâmico e participativo.

No entanto, essa influência do ENEM sobre o currículo também trouxe desafios e críticas. Uma das principais preocupações é a possibilidade de uma "escolarização pelo ENEM", onde o currículo se tornaria excessivamente direcionado para o exame, em detrimento de uma formação mais ampla e humanística dos estudantes. Há o temor de que as escolas possam priorizar os conteúdos que são objeto de avaliação, deixando de lado áreas importantes do conhecimento que não são diretamente testadas pelo ENEM (Pereira, 2018).

Outra crítica comum é a respeito da pressão que o exame exerce sobre professores e alunos. Professores podem sentir-se compelidos a "ensinar para o teste", e os alunos podem enfrentar estresse e ansiedade relacionados ao desempenho no exame, o que pode afetar negativamente sua experiência educacional.

Além disso, há desafios relacionados à infraestrutura e recursos disponíveis nas escolas, que podem variar significativamente entre diferentes regiões do país. Escolas com recursos limitados podem ter dificuldades em adaptar seus currículos para atender aos requisitos do ENEM, o que pode acentuar as desigualdades educacionais.

Apesar desses desafios, a influência do ENEM no currículo do ensino médio tem incentivado um movimento em direção a uma educação mais crítica, reflexiva e aplicável na vida real. A inclusão de temas contemporâneos e questões sociais relevantes nas provas do ENEM tem estimulado as escolas a abordarem esses tópicos em suas práticas pedagógicas, contribuindo para uma formação cidadã dos estudantes.

Em suma, a influência do ENEM sobre o currículo do ensino médio é um fenômeno complexo que apresenta tanto oportunidades quanto desafios. Enquanto o exame tem impulsionado mudanças positivas nas abordagens de ensino e aprendizagem, é essencial que educadores, gestores e formuladores de políticas estejam atentos as potenciais consequências negativas e trabalhem para mitigá-las, garantindo uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes brasileiros.

Quanto à inclusão social, O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) representa um marco na promoção da igualdade de oportunidades e inclusão social no Brasil. Desde a sua reformulação em 2009, o ENEM tem desempenhado um papel central na política educacional brasileira, atuando como uma ferramenta de democratização do acesso ao ensino superior e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

O ENEM tem sido utilizado como critério de seleção para diversos programas governamentais que visam a inclusão social. Um dos principais exemplos é o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que oferece vagas em universidades públicas a partir das notas obtidas no exame. O SiSU tem contribuído para aumentar a diversidade no ambiente universitário,

possibilitando que estudantes de diferentes backgrounds socioeconômicos tenham a oportunidade de cursar o ensino superior.

Outro programa que se beneficia das notas do ENEM é o Programa Universidade para Todos (ProUni). Este programa oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda que tenham obtido um desempenho satisfatório no exame. O ProUni tem sido uma via de acesso importante para aqueles que, de outra forma, poderiam não ter condições financeiras de arcar com os custos de uma educação superior.

Além do ProUni, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) também utiliza as notas do ENEM como critério para a concessão de financiamentos estudantis. Este programa permite que estudantes de baixa renda financiem seus estudos em instituições privadas, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e sociais.

O ENEM também tem sido um instrumento de inclusão para grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e pessoas com deficiência. A política de cotas, que reserva uma parcela das vagas nas universidades públicas para estudantes de escolas públicas e para aqueles que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, utiliza as notas do ENEM para selecionar os beneficiários. Essa política tem sido fundamental para aumentar a representatividade destes grupos no ensino superior.

No entanto, apesar dos avanços significativos, desafios persistem. A qualidade desigual da educação básica e o acesso limitado a recursos educacionais ainda representam barreiras para muitos estudantes. Para que o ENEM cumpra plenamente seu papel de inclusão social, é necessário que políticas de apoio e programas de preparação sejam implementados, garantindo que todos os estudantes tenham condições equitativas de sucesso no exame.

Em síntese, o ENEM é um instrumento poderoso na promoção da igualdade de oportunidades e inclusão social no Brasil. Ao servir como porta de entrada para o ensino superior, o exame tem o potencial de transformar a realidade de milhares de jovens, oferecendo-lhes uma trajetória para a mobilidade social e contribuindo para a construção de um futuro mais promissor para o país. Contudo, para que essa transformação seja efetiva, é essencial que o exame seja acompanhado de políticas públicas que busquem mitigar as desigualdades educacionais e sociais que ainda persistem.

Ao avaliar criticamente o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é imperativo reconhecer tanto os avanços quanto as limitações apresentadas ao longo de sua trajetória. O ENEM tem sido uma ferramenta de avaliação educacional de grande alcance, que contribuiu para mudanças significativas no sistema educacional brasileiro, especialmente no que tange ao acesso ao ensino superior. No entanto, a análise de suas limitações é igualmente importante para traçar

perspectivas futuras e possíveis reformas.

Desde a sua criação, o ENEM tem promovido a democratização do acesso ao ensino superior, oferecendo uma oportunidade justa de avaliação para estudantes de todo o país. A implementação do SiSU, do ProUni e do FIES, utilizando as notas do ENEM como critério de seleção, ampliou as oportunidades para estudantes de baixa renda e de escolas públicas. Além disso, a inclusão de temas sociais relevantes nas provas tem incentivado um currículo mais contextualizado e uma educação mais cidadã.

Apesar dos avanços, o ENEM enfrenta desafios significativos. Dentre eles, destaca-se a questão da desigualdade na preparação dos estudantes, refletindo as disparidades da educação básica brasileira. As condições socioeconômicas dos estudantes impactam diretamente seu desempenho no exame, o que questiona a equidade do processo seletivo. Além disso, críticas são feitas em relação ao conteúdo do exame, que pode não abranger toda a diversidade de conhecimentos e competências necessárias para uma avaliação completa do ensino médio.

Olhando para o futuro, é essencial que o ENEM continue evoluindo para se adaptar às necessidades de uma sociedade em constante mudança. Possíveis reformas podem incluir uma maior flexibilidade no formato do exame, a incorporação de tecnologias educacionais e a avaliação de habilidades práticas e socioemocionais. Além disso, políticas de inclusão e apoio aos estudantes de contextos desfavorecidos devem ser fortalecidas para mitigar as desigualdades existentes.

O ENEM é uma peça central na política educacional brasileira, refletindo os esforços do país para promover uma educação mais inclusiva e de qualidade. Apesar de suas limitações, o exame tem sido um catalisador para mudanças positivas no sistema educacional. Para que o ENEM continue cumprindo seu papel de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social, é crucial que as discussões sobre sua reforma e melhoria sejam contínuas e inclusivas, envolvendo educadores, estudantes, gestores e a sociedade como um todo.

A relevância do ENEM na educação brasileira é indiscutível. Ele não apenas avalia o desempenho dos estudantes, mas também influencia o currículo do ensino médio e as práticas pedagógicas das escolas. Além disso, o ENEM tem sido um instrumento de inclusão social, oferecendo oportunidades para que estudantes de diferentes backgrounds socioeconômicos possam acessar o ensino superior.

O futuro do ENEM provavelmente continuará a refletir as mudanças nas políticas educacionais e nas demandas sociais. De acordo com Lima (2021), "as adaptações futuras do ENEM deverão seguir o caminho da inclusão, ampliando ainda mais o acesso ao ensino superior para grupos historicamente excluídos, como as populações indígenas, negras e de baixa renda". Nesse sentido, o ENEM permanecerá como uma peça-chave no cenário educacional brasileiro,

adaptando-se às novas realidades e exigências de uma sociedade em constante transformação.

### 3.1 Relação entre Imagem e Discurso

As instituições – como escolas, museus, hospitais e meios de comunicação – funcionam como dispositivos de poder e sabem que moldam os discursos e as imagens, regulando o que é considerado normal ou desviante. Por exemplo, no âmbito da medicina, as imagens anatômicas e radiográficas não são apenas representações visuais do corpo, mas discursos que participam da normatização da saúde e da doença, influenciando práticas clínicas e sociais. Da mesma forma, na educação, as imagens apresentadas nos materiais didáticos ajudam a estruturar discursos sobre o que é conhecimento legítimo e quais identidades e culturas são valorizadas ou marginalizadas.

Na obra *Arqueologia do Saber* (2008), Foucault nos leva a questionar o papel da imagem na produção de subjetividades. Ao olhar para uma imagem, o espectador não está simplesmente aceitando uma representação neutra, mas está sendo sujeito a um regime de verdade que modela como ele deve ver e interpretar a si mesmo e o mundo ao seu redor. Nesse sentido, a imagem participa da construção do "sujeito" tal como o discurso. As selfies e os filtros de edição de imagem, por exemplo, não são apenas práticas de expressão pessoal, mas estão profundamente inseridos em discursos sobre identidade, corpo e performance social.

Quanto ao discurso, o mesmo autor aponta que o discurso não se limita à linguagem verbal ou escrita, mas se refere a sistemas de regras que regulam a produção de enunciados, e esses enunciados não são simplesmente expressões individuais, mas produtos de práticas sociais e culturais. Nesse sentido, as imagens podem ser informadas como parte dessas práticas discursivas, na medida em que também são formas de enunciação. As imagens, tal como as palavras, são atravessadas por condições de possibilidade que determinam quais representações visuais podem surgir, circular e adquirir legitimidade em um dado momento. Ele enfatiza em *Discurso como prática e produção de realidade* que: “O discurso não é simplesmente o meio de traduzir lutas ou sistemas de dominação, mas é a própria prática pela qual surgem as realidades e as representações que se tornam visíveis.” (pág. 56).

Assim, no campo da arqueologia do saber, a análise das imagens não se daria apenas em termos de suas características estéticas ou técnicas, mas em como elas se inserem em uma rede de discursos que as moldam e as tornam visíveis. Foucault nos leva a pensar que as imagens, ao serem capturadas por um campo discursivo, passam a ter uma função não apenas representativa, mas também normativa. Por exemplo, uma pintura renascentista, uma fotografia documental ou uma campanha publicitária contemporânea não são apenas veículos de

representação visual, mas especificamente discursos visuais que dizem respeito a certas visões do mundo, ao que é possível ou permitido representar e à forma como a realidade deve ser interpretado

A arqueologia foucaultiana, ao investigar o papel da imagem nos discursos, pergunta quais são as "regras" que fazem certas imagens emergirem como relevantes ou autorizadas em uma época e em uma cultura, e quais imagens são marginalizadas, reprimidas ou censuradas. Essas regras específicas são um "arquivo" que organiza a visibilidade das imagens, ou seja, as condições pelas quais algo pode ou não ser exibido e reconhecido como verdadeiro ou válido. Por exemplo, as imagens de corpos na arte clássica seguem normas que refletem e reforçam discursos sobre beleza, proporção e ordem, enquanto as imagens de corpos na mídia contemporânea podem expressar discursos sobre saúde, estética e consumo.

Além disso, Foucault nos leva a questionar o papel da imagem na produção de subjetividades. Ao olhar para uma imagem, o espectador não está simplesmente aceitando uma representação neutra, mas está sendo sujeito a um regime de verdade que modela como ele deve ver e interpretar a si mesmo e o mundo ao seu redor. Nesse sentido, a imagem participa da construção do "sujeito" tal como o discurso. As selfies e os filtros de edição de imagem, por exemplo, não são apenas práticas de expressão pessoal, mas estão profundamente inseridos em discursos sobre identidade, corpo e performance social.

Portanto, ao analisar a relação entre imagem e discurso sob a perspectiva da arqueologia do saber de Foucault, percebemos que as imagens são mais do que simples reflexos do mundo, pois estão enredadas em complexos sistemas discursivos que as moldam e que, ao mesmo tempo, são moldados por elas. Elas participam da construção de saberes, do exercício do poder e da formação de subjetividades, sendo elementos centrais na dinâmica entre visibilidade, normatividade e exclusão. A análise foucaultiana nos convida, assim, um olhar para as imagens de maneira crítica, investigando as condições históricas e sociais que as possíveis e as consequências de sua circulação e interpretação no contexto contemporâneo.

Essa dimensão política das imagens, no entanto, não pode ser separada das condições de produção e circulação. Foucault nos alerta para o fato de que as imagens de resistência também estão sujeitas a processos de controle, censura ou cooptação por parte de instituições de poder. Mesmo as imagens que inicialmente se apresentam como críticas podem, com o tempo, ser absorvidas por discursos hegemônicos e perder seu potencial subversivo. Assim:

As imagens, assim como os discursos, são atravessadas por condições de possibilidade que determinam quais representações visuais podem surgir, circulares



e adquirir legitimidade em um dado momento histórico, moldando o que é visto e reconhecido como verdade (2008, p.58).

Entendemos que a relação entre imagem e discurso não se limita a uma apresentação ou a uma simples complementaridade entre o visual e o verbal, mas envolve uma troca contínua e uma tensão dialética. As imagens possuem a capacidade de moldar, desafiar e até mesmo transformar os discursos, enquanto os discursos também influenciam a forma como as imagens são criadas, vistas e interpretadas. Essa interdependência mostra que o estudo das imagens deve considerar tanto seus aspectos visuais quanto os discursivos, levando em conta os contextos sociais, políticos e culturais que condicionam essas interações.

Na obra *Teoria da Imagem: Ensaio sobre Representação Verbal e Visual*, 1994, Mitchell desafia a noção de que o discurso verbal é uma forma de comunicação superior à imagem visual. Ele propõe que as imagens possuam sua própria retórica, gramática e estrutura discursiva. A imagem, assim como a palavra, participa da produção de significado e está inserida em contextos culturais e históricos que determinam como ela será interpretada. As imagens não são neutras ou transparentes; elas carregam significados ideológicos e discursivos, que dependem de quem as cria, quem as consome e em quais situações. Ele propõe que a distinção entre imagem e discurso não deve ser vista como uma oposição simples, mas como uma dialética.

Esse diálogo entre imagens e discursos verbais também se manifesta em diversas formas de comunicação, como a mídia, a arte, a publicidade e o cinema. Um retrato publicitário, por exemplo, combina texto e imagem para transmitir uma mensagem, sendo impossível dissociar o discurso visual do verbal, já que ambos operam juntos na construção de uma narrativa.

Nesse sentido, comungamos com Mitchel (1994) que problematiza a relação de poder entre imagens e discursos ao questionar a supremacia da palavra sobre a imagem, que predominou em muitas tradições filosóficas e culturais. Ele defende que as imagens possuem e são capazes de moldar pensamentos, comportamentos e opiniões de maneira ativa. Nesse contexto, as imagens podem tanto fortalecer como subverter discursos dominantes, dependendo de como são utilizadas e interpretadas.

Assim, a imagem e o discurso verbal não são entidades isoladas, mas elementos dinâmicos que estão em constante diálogo, as imagens não apenas acompanham o discurso verbal, mas muitas vezes o desafiam ou expandem. Abre-se, portanto, um caminho para uma análise crítica dos novos contextos em que imagens e discursos interagem. Nos leva a pensar

sobre como as imagens são usadas para legitimar ou contestar discursos de poder, sobre como eles operam de forma subversiva ou reafirmadora de normas sociais, e das tradicionais identidades dicotômicas de gênero (forte x fraca, dominador x dominada) e as hierarquias de gênero (valorização de coisas de homem e desvalorização de coisas de mulher), enfim, as construções sociais e culturais danosas aos indivíduos, independente de gênero.

### **3.2 As Provas do Enem**

Este capítulo propõe uma análise das provas do ENEM sob a perspectiva da Análise do Discurso permite revelar as estratégias discursivas utilizadas na construção das questões e mais especificamente o tema: Abordagem do Feminino nas Provas do Enem: Imagem e discurso. Esse tipo de abordagem, que se debruça sobre os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, nas questões de língua portuguesa, oferece uma oportunidade de examinar as mudanças, continuidades e intencionalidades presentes na formulação das provas. A Análise do Discurso, sendo um campo que investiga a relação entre linguagem e poder, é fundamental para entender como o Enem reflete e, ao mesmo tempo, reforçar determinadas visões de mundo, posições ideológicas e suposições sobre o feminino. Assim, esta análise fornece uma visão mais ampla sobre o papel do ENEM não apenas como instrumento de avaliação, mas como prática discursiva que dialoga com contextos históricos e sociais específicos, moldando percepções e valores.

#### **Enem 2018 – Língua Portuguesa – Questão 35**

Poesia – Um útero é do tamanho de um punho – Mulher de vestido vermelho  
(Angélica Freitas, 2012)

O que será que ela quer  
essa mulher de  
vermelho alguma coisa  
ela quer pra ter posto  
esse vestido não pode  
ser apenas uma escolha  
casual podia ser um  
amarelo verde ou talvez  
azul  
mas ela escolheu vermelho  
ela sabe o que ela quer  
e ela escolheu vestido  
e ela é uma mulher

então com base nesses fatos  
que conheço o seu desejo  
caro Watson, elementar:  
o que ela quer sou euzinho  
sou euzinho o que ela quer  
só pode ser euzinho  
o que mais podia ser.

*Fonte: Enem 2018 - LC - 1º dia | Caderno 1 - Azul - Página 15 - Questão 35.*

Na análise do poema de Angélica Freitas à luz da teoria da análise do discurso, é possível observar vários elementos que revelam a construção e os efeitos de sentido presentes no texto. A análise do discurso foca-se nas condições de produção do texto, nos assuntos e nas formações discursivas que estão presentes. Vamos explorar alguns pontos: Na Construção do sujeito no discurso, o eu-lírico masculino assume o papel de "detetive" ao interpretar a escolha do vestido vermelho pela mulher. Ele construiu uma narrativa na qual deduz o desejo da mulher com base em sua escolha de vestimenta e no fato de ser mulher. Há uma operação discursiva de simplificação e objetificação do desejo da mulher, uma vez que o eu-lírico se coloca como centro e único objeto do desejo. Essa construção reflete uma formação discursiva que historicamente associa a mulher à passividade e ao desejo do homem, como se o desejo feminino fosse sempre direcionado ao masculino. A fala "ela sabe o que ela quer" aparece ironicamente, pois, no fundo, quem parece determinar o desejo dela é o próprio eu-lírico.

Há uma interpretação dedutiva e uso de estereótipos, pois a frase "caro Watson, elementar" evoca o personagem Sherlock Holmes, conhecido por seu método de dedução lógica. Entretanto, a "lógica" usada pelo eu-lírico é baseada em estereótipos e convenções culturais, como a associação entre a cor vermelha e a sexualidade ou a sedução. Ao usar o raciocínio "sherlockiano", ele naturaliza a ideia de que a mulher está tentando atrair sua atenção por meio da escolha do vestido. O discurso revela, assim, uma estratégia de controle interpretativo do comportamento feminino: a mulher é reduzida à sua aparência e, mais especificamente, à cor do seu vestido, com seu desejo sendo "adivinhado" por essa escolha. O vestido vermelho poderia simbolizar poder, confiança, ou até ser uma escolha desejada, mas o sujeito do poema reduz essas múltiplas possibilidades a uma única leitura — o desejo por ele,

Na obra *Discurso e Mudança Social* (1992), Fairclough discute o conceito de interdiscursividade no contexto da análise crítica do discurso, descrevendo como diferentes discursos são incorporados em novos contextos e como isso contribui para a construção de

significados e de poder social. Ele enfatiza que a interdiscursividade revela não apenas a mistura de vozes, mas também a maneira como certos discursos ganham legitimidade e influência na relação com outros, muitas vezes ocultando relações de dominação e reconstruindo estruturas de poder que operam de forma sutil. Nesse sentido, a interdiscursividade se torna um recurso estratégico para fortalecer ideologias, naturalizar práticas sociais e sustentar a hegemonia de determinados grupos.

O poema dialoga com discursos socioculturais amplamente difundidos que tratam a mulher como um enigma a ser decifrado pelo homem, e seu corpo e suas escolhas são frequentemente lidos em função de um desejo masculino. A cor vermelha e o vestido funcionam como signos culturais carregados de significados que o eu-lírico tenta decodificar de forma simplista. Nesse sentido, o poema revela a presença de formações discursivas que moldam e sustentam uma leitura tradicional da feminilidade, onde o corpo feminino é constantemente interpretado através do prisma do desejo

Ao usar o raciocínio dedutivo do personagem Sherlock Holmes, o poema se insere também num discurso intertextual que associa lógica e detetivismo a uma suposta capacidade masculina de compreender e controlar o mundo ao seu redor — neste caso, a mulher. A lógica "elementar" do eu-lírico, porém, se desmancha ao expor sua própria falta de profundidade e sua instrução para a leitura superficial dos gestos e ações femininas, especialmente através de signos culturalmente carregados, como a cor vermelha. Além disso, o poema também dialoga com discursos feministas contemporâneos, que questionam e subvertem essa lógica patriarcal de interpretação do corpo feminino. A exemplo da escolha do título do livro da autora, "Um útero é do tamanho de um punho".

Esse debate entre diferentes discursos — patriarcais, culturais e feministas — é justamente o que marca a interdiscursividade do poema. Ao mobilizar referências tanto culturais quanto literárias, como a lógica de Sherlock Holmes e os estereótipos associados à cor vermelha e à vestimenta feminina, o poema ópera dentro de uma rede de significados que já existem na sociedade, mas ao mesmo tempo os questiona. Esse "diálogo" entre discursos não é apenas uma coexistência de ideias, mas uma verdadeira tensão, onde o texto faz com que o leitor o perceba o choque entre uma visão masculina limitada e a complexidade das motivações e dos desejos femininos.

Esse choque se dá pela maneira como o eu-lírico, ao tentar desvendar o desejo da mulher com base em "fatos" superficiais, revelar o quanto essas suposições são moldadas por um

discurso social mais amplo que subordina o desejo feminino ao olhar e às interpretações masculino. O uso de símbolos culturalmente codificados, como o vestido vermelho, reitera a forma como o corpo e as escolhas das mulheres são constantemente lidas em função de uma narrativa masculina, onde a mulher é transformada em objeto de desejo e de análise, e não vista como sujeito de seu próprio desejo.

Essa abordagem é central para a análise crítica do discurso, pois se destaca como os discursos não existem de forma isolada, mas se constroem a partir de um diálogo contínuo com outros discursos, influenciando percepções e construindo realidades.

### **Enem 2019 – Língua Portuguesa – Questão 21**

"(...) — Mamãe, o que é desquitada? — atirou rápida com uma voz sem timbre. Tudo ficou suspenso, se alguém gritasse o mundo acabava ou Deus aparecia — sentia Ana Lúcia. Era muito forte aquele instante, forte demais para uma menina, a mãe parada com a tesoura no ar, tudo sem solução podendo desabar a qualquer pensamento, a máquina avançando des governada sobre o vestido de seda brilhante espalhando luz." ÂNGELO, I. Menina. In: A face horrível. São Paulo: Lazuli, 2017.

*Fonte: Enem 2019 - LC - 1º dia | Caderno 1 - Azul - Página 11 - Questão 44.*

A análise discursiva do excerto de "Menina", de Ângelo Iacocca, evidencia questões relacionadas ao funcionamento da linguagem, à subjetividade das personagens e à construção do sentido no contexto cultural e histórico em que o texto se insere. Em relação a pergunta da menina: Mamãe, o que é desquitada? Observa-se pela narrativa que houve o desencadeamento de uma posição simbólica no ambiente, pois a palavra *desquitada* carrega marcas sociais e históricas, em um contexto em que mulheres desquitadas eram alvos de estigmatização. Ao perguntar a menina provoca tensão, suspende o curso do cotidiano e revela conflitos.

Nas ciências sociais, a tensão entre ordem e desordem aparece de forma evidente nos processos de organização social, política e econômica. Norbert Elias em *O Processo Civilizador: Uma História dos Trajes* (1994) descreveu como as normas sociais emergem para domesticar os impulsos caóticos da vida em sociedade. Entretanto, autores como Zygmunt Baumann (*Modernidade Líquida*, 2000) mostram que, na modernidade líquida, a desordem é mais visível na fragmentação e na fluidez das instituições e das relações sociais.

Portanto, ambos os autores oferecem perspectivas complementares para a análise em questão. Enquanto Elias foca nos mecanismos que promovem a ordem e a coesão social,

Baumann analisa as consequências da ausência ou flexibilização dessas mesmas estruturas, evidenciando como a desordem se manifesta em um mundo cada vez mais interconectado e assustador.

O trecho analisado descreve a ocorrência da mãe e do ambiente como "suspenso", algo que reflete o impacto discursivo da pergunta. A tesoura paralisada não é a percepção de Ana Lúcia sobre o momento (como se o mundo pudesse desabar) sugere o peso social e emocional da palavra *desquitada*. Este silêncio carrega significados e evidência a dificuldade de lidar com a questão, marcada por tabus e preconceitos.

Já a perspectiva da menina é central para a construção do sentido do texto. O impacto emocional da situação é percebido por Ana Lúcia como "muito forte", estabelecendo a incompreensão infantil diante de conceitos complexos e carregados de julgamento moral. Esse olhar infantil revela o modo como a linguagem e o discurso são assimilados e reinterpretados pelos sujeitos em formação.

Temos também a máquina de costura, "desgovernada sobre o vestido de seda brilhante", funciona como uma metáfora para a desordem emocional desencadeada pela pergunta. A imagem sugere um rompimento com a harmonia e o controle, simbolizando o desconforto provocado por questões sociais que não encontram solução imediata ou simples,

A máquina de costura no trecho pode ser interpretada como um símbolo de descontrole e caos emocional, refletindo a tensão e a ambiguidade do momento descrito. A referência a "a máquina avançando desgovernada sobre o vestido de seda brilhante" não é apenas uma descrição literal do objeto, mas sim uma transferência de significados., tradicionalmente associada à ordem e à criação (ao transformar o tecido em algo novo), aqui aparece desgovernada, isto é, fora da sua função habitual de produção ordenada e cuidadosa. Isso pode ser lido como uma metáfora para a ruptura de normas sociais, em que algo estranho e fora do lugar invade o cotidiano — a palavra *desquitada* e as implicações dela, que desafiam o entendimento e a moral familiar. Uma máquina de costura avançando desgovernada pode simbolizar essa ruptura com a norma ou com a tradição.

O vestido de seda, com sua associação à delicadeza, refinamento e até status social, sendo invadido por uma máquina desgovernada, sugere que a fragilidade das normas sociais e familiares pode ser facilmente quebrada ou desestruturada por questões que ainda são vistas como tabus ou desvios. O vestido, assim como a imagem de mulher tradicional e recatada é

afetado pela máquina, mostrando que algo aparentemente sólido e bem estruturado pode ser desfeito por questões que não se encaixam na moral estabelecida.

Quanto a análise do discurso, o texto também reflete o papel da mulher no cenário histórico-cultural retratado. A figura da mãe é representada em um contexto de trabalho doméstico, em oposição ao peso simbólico de sua condição social. O termo *desquitada* evoca uma crítica implícita às normas e valores da época, que atribuíram às mulheres papéis restritivos e estigmatizavam desvios desses papéis. O excerto de Ângelo Iacocca trabalha a potência do não-dito e das profundas discursivas que emergem em situações cotidianas. A análise discursiva revela como o texto constrói sentido a partir de palavras que carregam marcas sociais, silêncios eloquentes e metáforas visuais, conectando a subjetividade das personagens à crítica implícita de estruturas culturais e históricas.

#### Enem 2020 - Língua Portuguesa – Questão 44.



Fonte: Enem 2020 LC - 1º dia | Caderno 1 - AZUL - Página 18 - Questão 44.

Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/2019/caderno\\_de\\_questoes\\_1\\_dia\\_caderno\\_1\\_azul\\_aplicacao\\_regular.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2019/caderno_de_questoes_1_dia_caderno_1_azul_aplicacao_regular.pdf).

Para analisar a imagem com foco na questão de gênero e no papel feminino, podemos utilizar a análise do discurso, que permite examinar os sentidos e ideologias presentes nos

elementos visuais e verbais, observando como eles refletem ou desafiam as normas sociais. Podemos considerar alguns aspectos como: o posicionamento da Mãe na Imagem, isto é, o fato de a mãe estar em posição recuada pode indicar um papel menos central na cena, ou que pode ser interpretado de diferentes maneiras. Essa postura pode apresentar uma representação mais tradicional, onde o pai está em evidência como figura de autoridade e liderança no processo de adoção e na estrutura familiar. Por outro lado, o distanciamento da mãe pode ser visto como uma maneira de destacar a mãe como observadora cuidadosa, enfatizando um papel afetivo e emocional.

Dando sequência as considerações, com um olhar mais aprofundado sobre o aspecto patriarcal e o desequilíbrio numérico entre as figuras masculinas e femininas, temos o predomínio masculino na imagem, onde estão presentes quatro meninos e um homem adulto, enquanto a mãe é a única figura feminina, isso evidencia um desequilíbrio que ressalta a marginalização do feminino no cenário familiar apresentado. Essa diferença numérica entre homens e mulheres contribui para fortalecer a ideia de uma estrutura patriarcal, onde a figura masculina ocupa maior presença e, muitas vezes, maior importância. O patriarcado se manifesta, não apenas no protagonismo visual do pai, mas também na própria construção do cenário familiar, que reflete um universo essencialmente masculino, com a figura feminina sendo a única exceção.

Esse desequilíbrio acentua ainda mais a posição da mulher como suporte ou figura secundária, posicionando-a em um papel de observador, ou mesmo de mediadora, enquanto os homens e meninos dominam a cena. Essa organização visual pode ser interpretada como uma representação da ideologia patriarcal que, em muitos contextos, vê a mulher como cuidadora ou auxiliadora, enquanto os homens são apresentados como protagonistas ou líderes dentro da estrutura familiar. Esse aspecto remete ao discurso tradicional onde as mulheres ocupam papéis de apoio, sendo socialmente encorajadas a servir e cuidar.

Além disso, o fato de os filhos serem todos do gênero masculino pode promover a perpetuação dessa figura de masculinidade hegemônica, na qual a identidade e os valores do pai são transmitidos aos filhos. Nesse sentido, a imagem pode ser lida como uma projeção da continuidade de valores e normas patriarcais, em que a herança cultural, social e familiar está centrada na figura masculina.

Embora Foucault não trabalhe exclusivamente com imagens, sua análise dos sistemas de pensamento e de como discursos formam campos de saber e poder é essencial para entender



o papel das imagens como agentes discursivos. Em *As palavras e as coisas*, (2000) Foucault explora como diferentes épocas estruturam o conhecimento e, conseqüentemente, a percepção da realidade. Ele argumenta que o que consideramos "verdade" está sempre mediado por discursos historicamente situados, chamados de epistêmês. Para ele o conceito de *episteme* é fundamental em sua análise da história do pensamento e do saber. Ele o utiliza especialmente para descrever as condições históricas e culturais que moldam as formas de conhecimento em diferentes épocas.

Assim, a episteme pode ser entendida como o conjunto de regras, pressupostos e estruturas que determinam o que pode ser conhecido, pensado e dito em um dado período histórico. Ela constitui o "solo" comum que define a organização do saber em um momento específico. Essas condições não são explícitas ou conscientes, mas influenciam profundamente as formas de pensar e produzir conhecimento.

Erwin Panofsky, em sua obra *"Significado nas Artes Visuais"*, (2017) fornece uma abordagem seminal para a análise de imagens e obras de arte, que pode ser aplicada ao estudo do discurso visual. Sua metodologia, baseada na iconologia, busca interpretar os significados profundos presentes em imagens, indo além da aparência imediata para explorar camadas de simbolismo e contexto histórico-cultural. Isso é particularmente útil para analisar como o discurso visual é construído e comunicado.

Seguindo com as considerações possíveis na análise do discurso visual, a imagem em análise aponta para uma representação simbólica da estrutura patriarcal: enquanto a presença masculina é abundante, a figura feminina ocupa um papel isolado e recuado. Assim, a imagem parece reproduzir uma visão de mundo em que os valores masculinos e a autoridade masculina são priorizados e perpetuados, enquanto a mulher é colocada em uma posição de suporte, necessária para manter a unidade familiar, mas não para liderá-la.

Essa dinâmica reproduz, de forma implícita, uma ideologia de gênero que reforça a subordinação feminina e a supremacia da figura masculina dentro da família e, por extensão, nas estruturas sociais mais amplas. Essa representação não apenas reforça papéis tradicionais de gênero, mas também naturaliza a ideia de que a autoridade e a liderança pertencem ao homem, enquanto à mulher cabe o papel de apoio e cuidado, sem centralidade no poder de decisão. Essa estrutura simbólica retratada na imagem do Enem reflete valores patriarcais que atravessam gerações e se manifestam em diferentes esferas sociais, desde a família até as instituições políticas e culturais.

Na análise do discurso, esse cenário evidencia como a presença masculina é associada ao protagonismo e ao poder, enquanto o espaço feminino é delimitado por expectativas sociais de submissão e auxílio. Tal representação pode ser lida como um reflexo das normas de gênero enraizadas na sociedade, onde a masculinidade é vista como sinônimo de autoridade e herança, e a feminilidade é associada ao cuidado e à sustentação emocional. Isso sugere uma continuidade de valores que, ao serem reproduzidos na família, acabam influenciando a percepção social sobre papéis de gênero em contextos mais amplos, como no trabalho, na política.

Além disso, a representação de uma família majoritariamente masculina, com apenas uma figura feminina, também pode destacar o papel de isolamento que uma mulher muitas vezes enfrenta em um contexto patriarcal. Ao ser a única mulher na imagem, a mãe pode simbolizar a solidão e a sobrecarga emocional que muitas vezes recai sobre as mulheres, especialmente na dinâmica familiar.

Portanto, a imagem utilizada na prova do Enem não só reforça o patriarcado como sistema organizador das relações familiares, mas também legitima a posição de gênero na sociedade. Através dessa construção simbólica, os valores de obediência e serviço feminino são perpetuados, enquanto a figura masculina é mantida no centro da autoridade. A análise do discurso, então, permite entender essa imagem como um reflexo das ideologias que promovem a desigualdade de gênero, e que continuam a moldar as expectativas sociais sobre o papel da mulher e do homem

### **Enem 2021 – Língua Portuguesa – Questão 40**

#### Introdução a Alda

Dizem que ninguém mais a ama. Dizem que foi uma boa pessoa. Sua filha de doze anos não a visita nunca e talvez raramente se lembre dela. Puseram-na numa cidade triste de uniformes azuis e jalecos brancos, de onde não pôde mais sair. Lá todos gritam-lhe irritados, mal se aproxima, ou lhe batem, como se faz com sacos de areia para treinar os músculos. (...)”  
CANÇADO, M. L. O Sofredor do Ver. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Fonte: Enem 2021 LC - 1º dia | Caderno 1 - AZUL - Página 18 - Questão 40.

As representações de gênero desempenham um papel central na forma como as mulheres são percebidas e tratadas socialmente. O abandono de Alda em um hospital psiquiátrico pode

ser interpretado como o resultado de normas e expectativas que sobrecarregam as mulheres e como responsabilidade por papéis de cuidado e de apoio, sem, contudo, reconhecer suas necessidades e subjetividades próprias. Ao ser vista como “imprópria” ou incapacidade de cumprir os papéis de esposa, mãe ou cuidadora, Alda é afastada de sua comunidade e de sua família, sendo integrada e isolada sob um sistema que considera seu sofrimento e suas experiências invisíveis.

Foucault, em sua análise das estruturas discursivas, na obra *A Ordem do Discurso*, 1996, aborda como o poder se manifesta nas práticas cotidianas e nos discursos institucionais. A família, como uma instituição central, também é vista como uma instância de poder e controle social. Assim, a análise do discurso sugere que as instituições sociais, incluindo a própria família, podem reproduzir o patriarcado, tratando-se de mulheres que não se conformam aos papéis tradicionais como "desviantes" ou "problemáticas". No caso de Alda, seu confinamento no hospital reflete uma tentativa de controlar e eliminar aspectos da feminilidade que não se encaixam nas expectativas sociais. Essa exclusão simbólica e física pode ser entendida como uma estratégia para manter a ordem social, em que as mulheres são obrigadas a ocupar um lugar de subordinação e conformidade. Ao ser considerada “fora da norma”, Alda é descartada, em um movimento que revela bases opressivas e excludentes do discurso.

Além disso, o confinamento de Alda no hospital psiquiátrico evidencia o papel da patologização da mulher como forma de controle social. O diagnóstico e o internamento, que representam uma violência simbólica, apontam para a forma como o discurso médico e institucional contribui para marginalizar as mulheres, especialmente quando estas desafiam os padrões impostos. Dessa forma, Alda se torna vítima não apenas de sua família, mas de um sistema de poder que considera as necessidades e o bem-estar feminino como secundários. Esse tipo de discurso desumaniza mulheres em situação de vulnerabilidade, tratando suas dores e complexidades com negligência e descaso.

Bourdieu (2002) explora a ideia de "violência simbólica", ou seja, como normas e práticas culturais são internalizadas, perpetuando o domínio masculino. Segundo ele, as instituições sociais, inclusive a família, são espaços onde essa violência simbólica é reproduzida e legitimada. A exclusão de Alda pelo próprio núcleo familiar aponta para um cenário em que a família, vista como um espaço de proteção, também reproduz as normas patriarcais. Essa situação nos leva a refletir sobre como os próprios laços familiares, quando orientados pelas expectativas de gênero, podem ser fonte de opressão e abandono. Em vez de oferecer

acolhimento, a família, ao marginalizar Alda, reforça o discurso de que mulheres que não se enquadram nas normas são “indesejáveis” e devem ser restauradas.

Ao lançar a mão da análise do discurso, o texto de Cançado permite discutir a responsabilidade coletiva na reprodução dessas práticas, incluindo as instituições médicas e familiares, que acabam por perpetuar a marginalização das mulheres. Assim, *Introdução a Alda* traz à tona as implicações do discurso patriarcal nas vidas das mulheres, revelando como esse discurso é capaz de moldar as relações familiares e sociais de forma a restringir suas possibilidades de autonomia e expressão. A obra nos leva a refletir sobre o caráter opressivo de um sistema que, ao exigir conformidade e submissões femininas, desumaniza e marginaliza.

A obra de Cançado explora a desumanização de mulheres que desafiam as expectativas sociais, mostrando como o patriarcado atua não apenas nas relações familiares, mas também nas instituições que deveriam oferecer cuidado e dignidade. Ao tratar Alda como alguém “fora da norma”, tanto a família quanto uma instituição psiquiátrica reforçam um discurso de exclusão que ignora sua subjetividade e a trata como inferior. Assim, análise do discurso voltada para a crítica ao patriarcado evidencia como as instituições sociais, incluindo a família, podem funcionar como reprodutoras das estruturas de poder, particularmente do poder masculino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.”

Darcy Ribeiro<sup>3</sup>

Do Projeto Lúmen ao Mestrado. Professora do Mobral, sim senhor. Ao produzir as considerações finais da tese de mestrado passa um filme na memória. Os caminhos que percorri na constante busca por conhecimento são fantásticos: Normalista, Magistério, Graduação em Língua Portuguesa, Especialização em Língua Materna, Especialização em Literatura brasileira; cursos de aperfeiçoamento. Durante essa trajetória, já como professora, sempre preoquei em ser diferente, no sentido de não aceitar normas estabelecidas para mulheres. Aos 13 anos já dizia que não ia casar, por não acreditar na instituição casamento. Aos 25, mãe solteira, um escândalo na família. Segui a vida sempre acreditando que estudar era o caminho certo. Hoje aos 70 anos estou a escrever a minha tese de mestrado, mesmo após uma parada forçada por problema de saúde (renal crônica – hemodiálise) e sinto que tenho capacidade de continuar estudando e escrever dois livros, ainda no rascunho.

Durante minha caminhada profissional, além de docente, fui avaliadora de redação dos vestibulares da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e avaliadora de redações do Enem por vários anos. Durante muito tempo sempre questioneei como a imagem feminina era apresentada nesses certames. O mestrado em educação foi a oportunidade perfeita para apresentar o seguinte questionamento: as questões apresentadas, especificamente nas provas de língua portuguesa, nas provas do Enem torna-o um instrumento de manutenção da preservação da imagem feminina no contexto de uma sociedade patriarcal?

Quanto ao Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) como ‘política pública para a educação, observa-se avanços e limitações ao longo de sua trajetória de 26 anos; ao servir de porta de entrada para o ensino superior, ele tem potencial para transformar a realidade de milhares de jovens, embora ainda não conseguir por meio de políticas públicas para sua melhoria ,mitigar as desigualdades educacionais e sociais que ainda existem, como por exemplo, o conteúdo do exame que pode não abranger toda a diversidade , conhecimentos e competências para avaliar o ensino médio de um país com tamanha diversidade como o Brasil. Levando em consideração o discurso como objeto sócio histórico procuramos analisar questões de língua portuguesa das provas do Enem (anos 2018,2019,2020,2021) na busca de

---

<sup>3</sup> RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

identificar os processos discursivos existentes, analisar como se estabelecem os enunciados e nestes como são apresentados o feminino.

Para elucidar as considerações finais desse estudo, apresentamos aqui algumas observações pertinentes. Na prova do ano de 2018, a questão trinta e cinco traz a poesia de Angélica Freitas, um útero é do tamanho de um punho, na qual o eu lírico masculino usa o raciocínio "sherlockiano", ele naturaliza a ideia de que a mulher está tentando atrair sua atenção por meio da escolha do vestido vermelho. Isso revela, assim, uma estratégia de controle interpretativo do comportamento feminino: a mulher é reduzida à sua aparência e, mais especificamente, à cor do seu vestido, com seu desejo sendo "adivinhado" por essa escolha. Isso reitera a forma como o corpo e as escolhas das mulheres são constantemente lidas em função de uma narrativa masculina. O poema analisado opera dentro de uma rede de significados que já existem na sociedade e comprova que os discursos não existem de forma isolada, pois dialogam com outros discursos

Seguindo, na prova do ano de 2019, a análise discursiva do excerto de "Menina", de Ângelo Iacocca (2017); observa-se a ocorrência do impacto da pergunta: \_ Mamãe, o que é desquitada? o ambiente como "suspensão", algo que reflete o impacto discursivo da pergunta. A tesoura paralisada não é a percepção de Ana Lúcia (a mãe) sobre o momento (como se o mundo pudesse desabar) sugere o peso social e emocional da palavra *desquitada*. Este silêncio carrega significados e evidência a dificuldade de lidar com a questão, marcada por tabus e preconceitos.

O excerto trabalha a potência do não dito que emergem em situações cotidianas, e constrói sentido a partir de palavras que carregam marcas sociais, o termo *desquitada* traz implícito um julgamento moral. O olhar infantil revela o modo como a linguagem e o discurso são assimilados e reinterpretados pelos sujeitos em formação; supõe-se que a menina ouviu algo sobre a condição social da mãe. A mulher na máquina de costura, em ambiente doméstico, pode simbolizar o lugar da mulher, mãe, costureira, do lar e estigmatizada por ser desquitada.

Dando sequência a análise, na prova de 2020 escolhemos a questão 44 p.18 – Língua Portuguesa, trata de uma imagem sobre adoção de filhos. Para analisar a imagem com foco na questão de gênero e no papel feminino, podemos utilizar a análise do discurso, que permite examinar os sentidos e ideologias presentes nos elementos visuais e verbais, observando como eles refletem ou desafiam as normas sociais.

Podemos considerar alguns aspectos como: o posicionamento da Mãe na imagem, isto é, o fato de a mãe estar em posição recuada pode indicar um papel menos central na cena, ou que pode ser interpretado de diferentes maneiras. Essa postura pode apresentar uma representação mais tradicional, onde o pai está em evidência como figura de autoridade e liderança no processo de adoção e na estrutura familiar. Por outro lado, o distanciamento da mãe pode ser visto como uma maneira de destacar a mãe como observadora cuidadosa, enfatizando um papel afetivo e emocional.

Dando sequência as considerações, o desequilíbrio numérico entre figuras masculinas e femininas ressalta a marginalização do feminino e fortalece a ideia de uma estrutura patriarcal que se manifesta, não apenas no protagonismo visual do pai, mas também na própria construção do cenário familiar, que reflete um universo essencialmente masculino, com a figura feminina sendo a única exceção. Esse aspecto remete ao discurso tradicional onde as mulheres ocupam papéis de apoio, sendo socialmente encorajadas a servir e cuidar.

Além disso, o fato de os filhos serem todos do gênero masculino pode promover a perpetuação dessa figura de masculinidade hegemônica, na qual a identidade e os valores do pai são transmitidos aos filhos. Nesse sentido, a imagem pode ser lida como uma projeção da continuidade de valores e normas patriarcais, em que a herança cultural, social e familiar está centrada na figura masculina.

A última questão analisada é da prova do Enem 2021, de número 43. Um texto da escritora mineira Maura Cançado, publicado em 2015. *Intitulado Introdução a Alda*, onde a personagem é internada em um hospital psiquiátrico. No caso de Alda, seu confinamento no hospital reflete uma tentativa de controlar e eliminar aspectos da feminilidade que não se encaixam nas expectativas sociais. Essa exclusão simbólica e física pode ser entendida como uma estratégia para manter a ordem social, em que as mulheres são obrigadas a ocupar um lugar de subordinação e conformidade. Ao ser considerada “fora da norma”, Alda é descartada, em um movimento que revela bases opressivas e excludentes do discurso.

O confinamento de Alda no hospital psiquiátrico evidencia o papel da patologização da mulher como forma de controle social. Isso representa uma violência simbólica, aponta para a forma como o discurso médico e institucional contribui para marginalizar as mulheres, especialmente quando estas desafiam os padrões impostos. Dessa forma, Alda se torna vítima não apenas de sua família, mas de um sistema de poder que considera as necessidades e o bem-estar feminino como secundários. Assim, análise do discurso voltada para a crítica ao

patriarcado evidencia como as instituições sociais, incluindo a família, podem funcionar como reprodutoras das estruturas de poder, particularmente do poder masculino.

Diante do exposto acima, pode afirmar que o Enem, mesmo que implicitamente, ao escolher textos para suas questões das provas, especificamente em língua portuguesa, está contribuindo para a manutenção da preservação da imagem feminina em uma sociedade patriarcal. Espera-se que essa realidade seja percebida pelos responsáveis pela elaboração das provas, e isso possa ser solucionado para que em um futuro próximo, o papel feminino nas provas do Enem seja valorizado, já que o seu discurso influencia jovens e futuros acadêmicos.



## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, José Wellington Marinho de; NETA, Maria Adelina Hayne Mendes. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, Superintendência de Educação a Distância, 2017. Disponível em: [http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia\\_do\\_trabalho\\_cientifico\\_1360073105.pdf](http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf) Acesso em: 20 jun. 2021.
- ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: 2009. Disponível em: [http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia\\_do\\_trabalho\\_cientifico\\_13600105.pdf](http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_13600105.pdf) Acesso em: 20 jun. 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. *Diário Oficial da União*, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enem>. Acesso em: 9 maio 2023.
- DAMETTO, Matheus Mans. **Coisa de Menino: mostra como o machismo é passado a novas gerações**. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 maio 2023.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Trajes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREITAS, D. N. T. de. **ENEM: Uma Avaliação Institucional ou uma Avaliação da Aprendizagem?**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, jan./abr. 2004.
- GROULT, Benoîte. **Cette mâle assurance**. Paris: Albin Michel, 1993.
- IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.
- INEP. **Exame Nacional do Ensino Médio – Enem 2021**. Caderno de Questões. Ministério da Educação, Brasília, 2021. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- INEP. **Exame Nacional do Ensino Médio – Enem 2019**. Caderno 1 – Azul. Ministério da Educação, Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- LIMA, R. **Políticas Educacionais e o Futuro do ENEM**. *Cadernos de Educação*, v. 32, n. 59, 2021.
- MARCONVILLE, J. de. **De la bonté et de la mauvaiseté des femmes**. Paris: Côté-femmes, 1991.
- MITCHELL, W. J. T. **Teoria da Imagem: Ensaio sobre Representação Verbal e Visual**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

MOUGEOLLE, Léa. **O Conceito de Gênero**. Disponível em: <http://sociologia.com.br>. Acesso em: 3 out. 2024.

NEUMANN, Erich. **O Medo do Feminino e Outros Ensaio sobre a Psicologia Feminina**. Tradução de Thereza Christina Stummer. São Paulo: Paulus, 2000.

ONU Mulheres. **Acabar com a Violência Contra as Mulheres**. 2022.

ONU Mulheres. **Relatório sobre violência de gênero no Brasil**. 2019.

OMS. **Estimativas de Prevalência de Violência Contra Mulheres**. Organização Mundial da Saúde, 2021.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. 4. ed. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PEREIRA, M. **Críticas ao ENEM: Polêmicas e Desafios na Avaliação Educacional**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, n. 72, 2018.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Brasília, 2019.

ROBLES, Martha. **Mulheres: mito e deusas: o feminino através dos tempos**. Tradução de William Lagos e Débora D. Vieira. São Paulo: Aleph, 2006.

RODRIGUES, AL. **Mulheres na política e a formulação de políticas públicas inclusivas**. 2021.

RODRIGUES, Stéphane Carvalho; SILVA, Gleiciane Rosa da. **A Liderança Feminina no Mercado de Trabalho**. *Revista Digital de Administração Faciplac*, 2015.

SANTOS, J. A. **Enemização do Ensino Médio: Impactos e Consequências**. *Educação e Sociedade*, v. 41, n. 151, 2020.

SILVA, A. **Inclusão Social e o ENEM: Avanços e Limitações do ProUni e SiSU.** *Revista de Políticas Públicas*, v. 9, n. 2, 2011.

SOARES, J. F. **O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a Avaliação da Educação Básica no Brasil.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008.

SOUZA, M. **O Feminismo no ENEM: Reflexões sobre a Inclusão de Temas Sociais nas Provas.** *Revista Gênero e Educação*, v. 25, n. 3, 2017.